

1

**DISCURSO DO MINISTRO GILBERTO GIL NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE CINEMA E AUDIOVISUAL (BRASÍLIA, 13 DE OUTUBRO 2003).**

Senhor Presidente, caros ministros, meus amigos, minhas amigas.

O que nos traz hoje ao Palácio do Planalto transcende os decretos e os editais que assinaremos daqui a pouco. Com a vinculação da Ancine ao Ministério da Cultura, estamos inaugurando uma nova Política de Cinema e Audiovisual em nosso país. Trata-se de um momento histórico.

Para o Ministério da Cultura, a Política Brasileira de Cinema e Audiovisual é uma questão estratégica, que deve ter, por parte do Poder Público, tratamento de assunto de Estado. Ela diz respeito, em última instância, ao país que queremos e ao modo como o Brasil se insere no processo de globalização.

O conteúdo audiovisual, além de movimentar riquezas e interferir em todas as dimensões da economia, é determinante para a vida cultural do país, definindo padrões de comportamento social e influenciando em todas as manifestações artísticas.

É preciso agir imediatamente no sentido de impulsionar e proteger o conjunto da produção audiovisual brasileira. Neste momento, os interesses do Estado, das empresas de comunicação e dos produtores independentes são convergentes e sugerem um novo contrato social para o audiovisual, capaz de consolidá-lo em uma indústria forte, dinâmica e criativa.

Cabe ao Governo Federal, como representante dos mais legítimos interesses do povo brasileiro, a liderança deste processo. O

Ministério da Cultura, por sua natureza institucional, por ter a visão do todo, reunindo pessoal qualificado técnica e politicamente, assume o seu papel na articulação entre os diversos setores que compõem a economia do audiovisual em nosso país.

Com esta aliança, e a nova Política, estaremos também superando a distinção bizantina entre "indústria" e "arte", ou entre "TV" e "cinema", ou ainda entre "cinemão" e "cinema cultural", criando um ambiente favorável para que todos os conteúdos audiovisuais tenham vez e lugar e se tornem, de fato, uma das principais economias deste país.

O caráter estratégico do audiovisual exige tratamento elevado por parte do Estado. Ele pressupõe uma reorganização institucional, incorporando a complexidade do setor e sua crescente interação em um mesmo mercado.

Por isso, o Ministério da Cultura considera fundamental que a Ancine se transforme em Ancinav, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, órgão regulador e fiscalizador da produção e da difusão de conteúdos audiovisuais, através de todos os meios e tecnologias existentes e que venham a existir. Por isso, também consideramos necessária a transformação imediata do Conselho Superior de Cinema em Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual, reunindo todos os segmentos do setor.

É urgente a revisão da legislação existente, de modo a atualizá-la e transformá-la em um efetivo mecanismo de fortalecimento cultural e econômico do audiovisual, em todos os elos de sua cadeia produtiva, e de proteção dos interesses nacionais. O Governo está empenhado na reorganização da política de telecomunicações, com o restabelecimento da autoridade do

Ministério das Comunicações. Esta reorganização se completa com a revisão da política relativa a conteúdos audiovisuais, fazendo a necessária distinção entre meios e conteúdos.

\*

Estamos, portanto, diante de uma oportunidade única. Quero, por isso, chamar a atenção dos que atuam no setor: não podemos deixar passar a oportunidade de avançar, em razão de velhos temores, de preconceitos ou de vantagens de ocasião, nem nos contentarmos com as raspas e restos de uma globalização excludente e concentradora.

Chegou a hora de afirmar os nossos valores simbólicos, a nossa vitalidade econômica, o nosso projeto de país, plural e democrático, projeto este que não pode prescindir de mecanismos de ampliação do acesso do povo brasileiro à produção e à fruição de bens audiovisuais nacionais. Refiro-me aos brasileiros que não podem pagar ingresso de cinema ou que residem em um dos tantos municípios sem sala de exibição.

Celebrando esta visão, estaremos dotando o Estado dos instrumentos institucionais, legais, políticos e econômicos necessários para implantar uma Política responsável para a produção e difusão de conteúdos audiovisuais no país. Com ela, poderemos fortalecer o mercado interno e dar a ele a eficiência, a vitalidade e o dinamismo devidos. Também poderemos repactuar a nossa relação com os países centrais e os conglomerados globais de mídia e de telecomunicações.

A globalização traz desafios enormes para o audiovisual brasileiro. Para o cinema e a televisão. Nossas emissoras vêm-se cortejadas por empresas estrangeiras que, indiferentes à nossa legislação, anseiam por controlá-las. Ouvimos as mesmas

preocupações das agências de propaganda brasileiras, premiadas mundo afora, que, operando em um mercado valioso, se percebem ameaçadas pelos birôs de mídia internacionais. Por isso, é o audiovisual brasileiro, em seu conjunto, e não apenas o cinema, que necessita de um novo modelo regulatório.

Mas nada disso fará muito sentido se não tivermos, como embasamento de nossa atuação, o princípio da defesa da semiodiversidade, vale dizer, da diversidade cultural, seja em plano externo, em dimensão planetária, seja no plano interno, em nosso próprio espaço nacional.

Queremos os nossos produtos circulando lá fora, no mundo, assim como queremos maior acesso a cinematografias que hoje mal chegam até nós, como as da Europa, da Ásia, da África, da América Latina, e especialmente dos nossos vizinhos de Mercosul. Queremos maior acesso a programas de televisão inovadores e diferenciados. Queremos uma produção independente e regionalizada, capaz de projetar, em todas as telas, a multiplicidade que compõe nossa unidade como povo e nação.

Acreditamos que isso não deverá se fazer por meio de proibições ou interferências indevidas, mas através de um novo modelo que incentive e fomente a produção e a constante oxigenação cultural da economia audiovisual. Um modelo que será desenhado pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais, brilhantemente dirigida por Orlando Senna, e também pelo Conselho, pela Ancinav e por todos os segmentos do setor, sob a liderança do Presidente da República.

Nesse sentido, pretendemos catalisar a aproximação entre cinema e televisão e todas as outras formas de difusão, processo objetivo que estamos presenciando hoje no Brasil. Com diretores que saem do cinema para experimentar, na televisão, novas formas de diálogo. E os que fazem o percurso inverso, saindo da televisão para respirar o ar do cinema e ter um outro tipo de encontro com o público. O MinC pensa que é fundamental, para a política audiovisual brasileira, uma parceria saudável entre cinema e televisão. Parceria estética, intelectual e econômica.

Este momento histórico resulta da luta de muitos criadores e empreendedores brasileiros. Faço, neste momento, uma homenagem especial a Rogério Sganzerla, diretor de "O Bandido da Luz Vermelha". Graças a você, Rogério, e a muitos outros, é que chegamos aqui, na iminência de transformar o atual ciclo de sucesso do audiovisual brasileiro em um processo contínuo, equilibrado e sustentado de desenvolvimento.

Para concluir, companheiro Presidente, quero dizer que a equipe do Ministério da Cultura agradece a confiança depositada. Com a vinculação da Ancine ao MinC, o Governo demonstra que entende e situa a cultura como vertente estratégica do desenvolvimento social e econômico do Brasil e de nossa nova inserção no mundo. Para que cada pessoa nascida neste país tenha não apenas o poder de comprar e consumir, mas também o de criar e sonhar, engajando-se na construção de um Brasil que seja efetivamente (e afetivamente) de todos.

Muito obrigado.

## **DISCURSO DO MINISTRO GILBERTO GIL NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE AUDIOVISUAL – BRASÍLIA 13 OUTUBRO 2003.**

Senhor presidente, caros ministros, meus amigos, minhas amigas.

O que nos traz hoje ao Palácio do Planalto transcende os decretos e os editais que assinaremos daqui a pouco. Com a vinculação da ANCINE ao Ministério da Cultura, estamos inaugurando uma nova política de cinema e audiovisual em nosso país. É um momento histórico.

Para o Ministério da Cultura, a Política Brasileira de Cinema e Audiovisual é uma questão estratégica, que deve ter, por parte do Poder Público, tratamento de assunto de Estado. Ela diz respeito, em última instância, ao país que queremos e ao modo como o Brasil se insere no processo de globalização.

Se nos propomos ao desafio de conquistar uma inserção digna, que valorize as singularidades e potencialidades do país, e reforce o seu papel de liderança entre os países emergentes, então é preciso agir imediatamente no sentido de impulsionar e proteger o conjunto da produção audiovisual brasileira.

O conteúdo audiovisual, além de movimentar riquezas e interferir em todas as dimensões da economia, é determinante para a vida cultural do país, definindo padrões

de comportamento social e influenciando em todas as manifestações artísticas.

Este caráter estratégico do audiovisual exige tratamento elevado por parte do Estado e do Governo Federal. Pressupõe a reorganização institucional, incorporando a complexidade do setor e sua crescente interação em um mesmo mercado.

Os interesses do Estado, das empresas de comunicação e dos produtores independentes, neste momento, são convergentes e sugerem um novo contrato social para o audiovisual, capaz de consolidá-lo em uma indústria forte e dinâmica internamente. Cabe ao Governo Federal, como representante do Estado, e, portanto, dos mais legítimos interesses do povo brasileiro, a liderança deste processo.

Construir este novo projeto exige uma profunda compreensão do quadro geral e específico, mas exige sobretudo disposição de todos para repactuar as condições de atuação de cada um e os termos gerais de convivência.

O Ministério da Cultura é o fórum privilegiado de articulação entre os diversos setores interessados, por sua vocação institucional e por ter a visão do todo, reunindo pessoal qualificado, tanto técnica quanto politicamente.

Com esta aliança, e este projeto, estaremos também superando a distinção bizantina entre “indústria” e “arte”, ou entre “TV” e “cinema”, ou ainda entre “cinemão” e “cinema cultural”, criando um ambiente favorável para que todos os

3

produtos audiovisuais tenham vez e lugar e se tornem, de fato, uma das principais economias deste país.

Teremos que empreender mudanças estruturais que propiciem um desenvolvimento contínuo e sustentado do setor. Por isso, o Ministério da Cultura está propondo que a Ancine se transforme em Ancinav, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, órgão regulador e fiscalizador da produção e da difusão de conteúdos audiovisuais, sem distinção.

Por isso, também estamos propondo a transformação do Conselho Superior de Cinema em Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual. É urgente a revisão da legislação existente, de modo a atualizá-la e transformá-la em um efetivo mecanismo de fortalecimento cultural e econômico do setor, em todos os elos de sua cadeia produtiva, e de proteção dos interesses nacionais.

Estamos, portanto, diante de uma oportunidade única. O Presidente Lula tem manifestado a sua disposição de consagrar o que estamos dizendo aqui, sem açodamento, ouvindo a sociedade e pavimentando o caminho durante a caminhada. Temos uma reorganização da política de telecomunicações em curso, com o reestabelecimento da autoridade do Ministério das Comunicações.

Quero, nesse momento, chamar a atenção dos que atuam no setor: se deixarmos passar a oportunidade de avançar, em razão de velhos temores, de preconceitos ou de vantagens de ocasião, se nos contentarmos com as raspas e



restos de uma globalização excludente e concentradora, então fatalmente perderemos não o bonde, mas a nave espacial da história.

Esta é a hora de construir as bases para a afirmação dos nossos valores simbólicos, da nossa vitalidade econômica, do nosso projeto de país, plural e democrático. Celebrando esta visão, estaremos dotando o Estado dos instrumentos institucionais, legais, políticos e econômicos necessários para afirmar uma política responsável para a produção e difusão de conteúdos audiovisuais no país. Criaremos as condições para fortalecer o mercado interno e dar a ele a eficiência, a vitalidade e o dinamismo devidos. E, também, iremos repactuar a nossa relação com os países centrais e os conglomerados globais de mídia e de telecomunicações.

Como não há quem ignore, a globalização traz desafios enormes para o setor audiovisual brasileiro. Para o cinema e para a televisão. Nossas emissoras vêm-se cortejadas por empresas estrangeiras que, indiferentes à nossa legislação, anseiam por controlá-las. Por isso, é o audiovisual brasileiro, em seu conjunto, e não apenas o cinema, que necessita de um novo modelo regulatório.

Mas nada disso fará muito sentido se não tivermos, como embasamento de nossa atuação, o princípio da defesa da semiodiversidade, vale dizer, da diversidade cultural, seja em plano externo, em dimensão planetária, seja no plano interno, em nosso próprio espaço nacional.

3

Queremos ter os nossos produtos circulando lá fora, no mundo, assim como queremos ter maior acesso a cinematografias que hoje mal chegam até nós, como as da Europa, da Ásia, da África, da América Central, dos nossos vizinhos do Mercosul. Queremos ter maior acesso a programas de televisão inovadores e diferenciados. Queremos ter uma produção mais independente e regionalizada, capaz de projetar, em todas as telas, a multiplicidade de que se compõe a nossa unidade como povo e nação. Em suma: queremos maior diversidade nas salas de cinema e nas telas televisíveis.

Acreditamos que isso não deverá se fazer por meio de proibições ou interferências indevidas. Mas através de um novo modelo que incentive e fomenta a produção e a constante oxigenação cultural da economia audiovisual como um todo. Um modelo que será desenhado pelo Ministério da Cultura, o Conselho, a Ancinav e todos os agentes do setor. Nesse sentido, pretendemos catalisar a aproximação entre cinema e televisão, processo objetivo que estamos presenciando hoje no Brasil, com frutos notáveis. Com diretores que saem do cinema para experimentar, na televisão, novas formas de diálogo. E os que fazem o percurso inverso, saindo da televisão para respirar o ar do cinema e ter um outro tipo de encontro com o público. O MinC pensa que é fundamental, para a política audiovisual brasileira, uma parceria saudável entre cinema e televisão. Parceria estética, intelectual e econômica.

Para concluir, companheiro presidente, quero dizer que a equipe do Ministério da Cultura está aqui para agradecer a

confiança depositada. Com a vinculação da Ancine ao Minc, o Governo demonstra que entende e situa a cultura como vertente estratégica central do desenvolvimento social e econômico de nosso país e de nossa nova inserção no mundo. Para que cada pessoa nascida neste país tenha não apenas o poder de comprar e consumir, mas também o de criar e sonhar, engajando-se na construção do Brasil que todos queremos.